



ESCÂNDALO NO INSS

Tiraram dinheiro de quem já não tinha

Relatos mostram a injustiça com pessoas que contam apenas com a aposentadoria para comprar itens vitais, como remédios

» WAL LIMA
» MAIARA MARINHO

Paulo Fernandes, 62 anos, morador de Ceilândia Norte, no Distrito Federal é cardíaco. Com metade de seus R\$ 4.800 mensais destinados a um plano de saúde, ele ainda precisa arcar com medicamentos caros fora da Farmácia Popular. Mesmo assim, viu sua renda ser corroída por descontos não autorizados.

“Descobri pelo extrato, no site do INSS. Tinha um desconto de R\$ 80 em nome de uma empresa que eu nunca ouvi falar. Depois, vi que o Bradesco também descontava um seguro que eu nunca contratei. Foram meses assim, até eu bloquear o débito. Mas ninguém devolveu meu dinheiro”, relata o aposentado. Ele diz que precisou se virar sozinho para entender o que estava acontecendo, e não foi o único.

No interior do Amazonas, no distrito de Lago do Limão, o aposentado Raimundo Coelho, 60 anos, que também é cardíaco e possui limitações em decorrência à saúde, sofreu com descontos que afetaram o seu rendimento mensal.

“No meu caso, eu nem estava recebendo aposentadoria, mas hoje (ontem), fui a uma agência do INSS e, ao puxar meu extrato, percebi um desconto de R\$ 30 referente a um seguro que eu não

havia realizado e sequer me comunicaram”, disse o morador de região rural do Amazonas.

Paulo e Raimundo são duas vítimas de um esquema que, segundo investigações da Polícia Federal, pode ter afetado milhões de beneficiários da Previdência Social. A Operação Sem Desconto, deflagrada na semana passada, mira justamente essas cobranças indevidas em contracheques de aposentados e pensionistas. De acordo com a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU), a estimativa é de que pelo menos R\$ 6,3 bilhões tenham sido descontados sem o conhecimento de aposentados e pensionistas do INSS.

Pequenos descontos mensais, que passam despercebidos por anos, tornam-se uma verdadeira bola de neve, como alerta a advogada previdenciária Valéria Souza. “R\$ 20 por mês pode parecer pouco, mas ao longo dos anos pode ultrapassar R\$ 1.000. Isso muda a vida de quem já vive no limite”, disse Valéria.

Ela orienta que todos os aposentados e pensionistas consultem com frequência o extrato de pagamento pelo site ou aplicativo Meu INSS. “Verifiquem cada valor descontado. Se não reconhecerem, liguem para o 135 e registrem reclamação. Guardem os protocolos e, se necessário, procurem um advogado para buscar ressarcimento”, aconselha.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Os descontos fraudulentos levaram beneficiários às agências do INSS para checarem os seus extratos

Apesar de a operação estar em curso, com promessas de reembolso, o sentimento comum entre as vítimas é de indignação e desamparo. “Agente trabalha a vida toda para ter um mínimo de dignidade. E aí vem alguém e tira isso da gente, sem a gente nem saber como”, disse Paulo que cobrou mais vigilância, transparência e justiça do Poder Público.

Investigação

Ontem, a Corregedoria-Geral do INSS abriu Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) contra 12 entidades suspeitas de desconto irregular na folha de pagamento de aposentados e pensionistas. Com a medida, o órgão busca comprovar possíveis

fraudes e responsabilizar as entidades envolvidas no esquema. As associações que são alvo da investigação do INSS são: Ambec, CBPA, Caap, APDAP Prev, Asabasp, AAPEN, AAPPS, AAPB, ASBrap, Cebap, Unaspub e APBrasil. Dessas, Ambec, AAPEN, Unaspub e Caap também são investigadas pela ‘Operação Sem Desconto’.

O PAR é um instrumento de responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, previsto na Lei Anticorrupção (Lei no 12.846/2013). A apuração deverá ser concluída em até 180 dias e acontecerá concomitantemente com outras forças-tarefa e investigações que buscam apurar o montante de recursos desviados e as entidades envolvidas.

INSS é réu

Ao longo dos últimos seis anos, a Ouvidoria do INSS recebeu, em média, 14 mil comunicações por ano de irregularidades em descontos associativos. O INSS é réu em ao menos 5.899 processos por descontos indevidos, de acordo com o Painel INSS, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os tribunais que mais acumulam ações judiciais contra o órgão são o TRF1 (2.189), o TRF5 (1.943) e o TRF3 (887). Desses, 5.548 estão em juizado especial e 351 em 1º grau.

Com isso, observa-se haver uma concentração maior nos tribunais do Distrito Federal e em 21 outros estados, demonstrando a diluição do problema no país.

Embora os tribunais estaduais também registrem processos por descontos indevidos, em menor quantidade, a maior parte deles se concentra nos tribunais federais.

EDUCAÇÃO

Analfabetismo funcional persiste

» FERNANDA GHAZALI*
» IAGO MAC CORD*

O Brasil mantém estagnado o índice de analfabetismo funcional desde 2018: 29% da população segue sem compreender plenamente textos e situações básicas do cotidiano, segundo a edição de 2024 do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), divulgada nesta segunda-feira (5/5). O estudo também revela desigualdades persistentes por raça e região, com os maiores percentuais entre pessoas pretas, pardas e residentes do Nordeste.

A pesquisa avaliou 2.554 pessoas de todas as regiões do país, entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025. Os testes, realizados em domicílio, analisaram as habilidades dos participantes em letramento, numeramento e compreensão digital, classificando os resultados em cinco níveis de proficiência.

Entre os grupos raciais, a população preta apresentou 26% de analfabetismo funcional e 31% de alfabetismo consolidado. Apesar de ainda elevados, os números representam uma melhora em relação a 2018, quando o percentual era de 35%. Já a população parda manteve praticamente os mesmos níveis desde 2018: 31% de analfabetos funcionais e 31% de alfabetismo consolidado.

Para o professor Erlando Rêses, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), a persistência desses dados está diretamente ligada a fatores históricos e estruturais. “Essa população

historicamente foi alijada do processo de escolarização, emprego e acesso à renda desde o período pós-escravidão. Isso se reflete até hoje nos índices de escolaridade”, analisa. Segundo ele, dados do Ipea e do IBGE apontam que, durante décadas, a população preta e parda teve, em média, 2 anos e meio a menos de escolaridade que a branca — diferença que embasou, inclusive, a implementação das cotas raciais nas universidades.

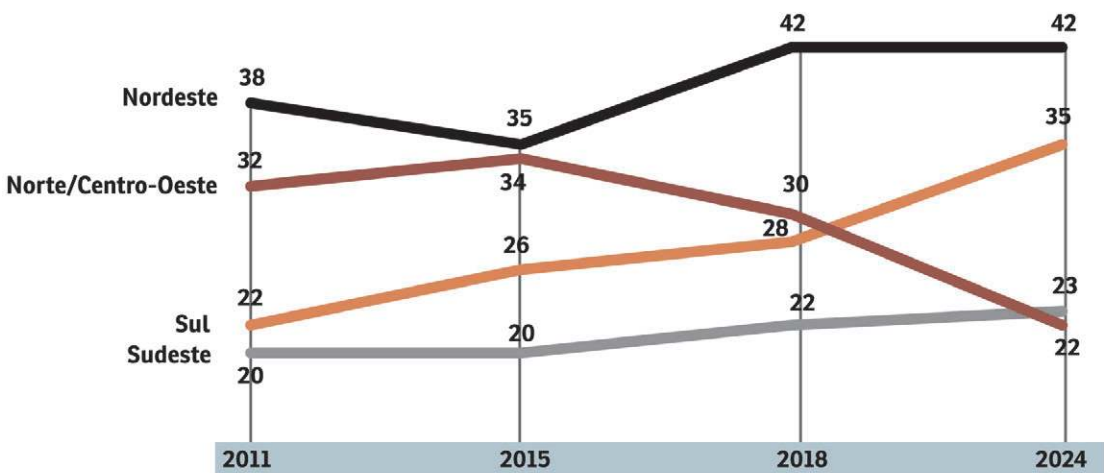
A população branca segue com os melhores indicadores: 28% apresentam analfabetismo funcional e 41% têm alfabetismo consolidado. No entanto, houve crescimento de oito pontos percentuais no índice de analfabetismo funcional desde 2011 e queda no número de alfabetizados plenos, que era de 45% em 2018.

Embora os percentuais por grupo étnico-racial revelem diferenças numéricas, Rêses alerta que a análise isolada pode levar a interpretações equivocadas. Isso porque os indicadores de alfabetismo estão profundamente entrelaçados com fatores sociais, econômicos e regionais. Segundo o professor, considerar os dados de forma fragmentada — como se houvesse melhora significativa em um grupo e piora em outro — ignora o contexto de desigualdade estrutural que afeta todos os segmentos. Para ele, é necessário interpretar os números de forma integrada, compreendendo como raça, classe e território atuam conjuntamente na produção do analfabetismo no país.

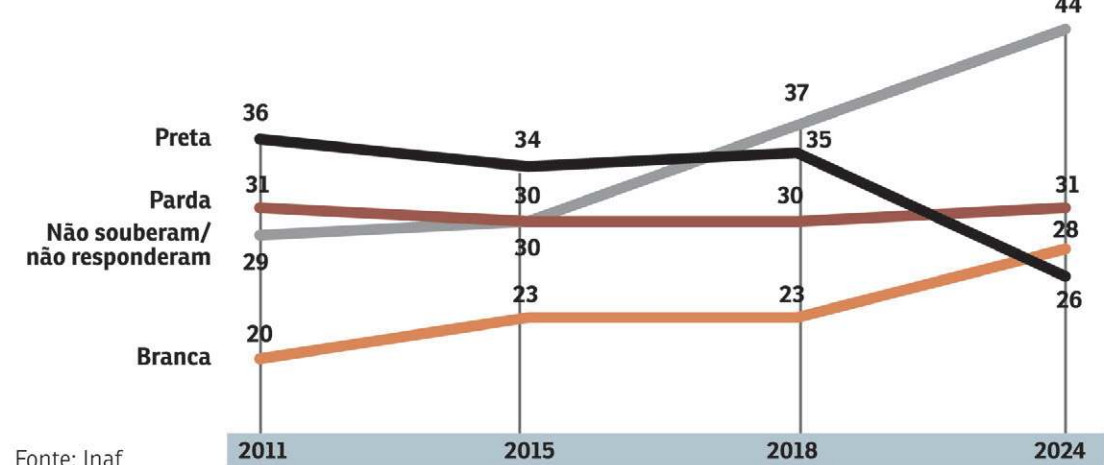
Números refletem desigualdade

Maiores taxas do analfabetismo funcional estão na região Nordeste e entre as populações preta e parda

EVOLUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL POR REGIÃO (%)



EVOLUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL POR RAÇA/COR(%)



Fonte: Inaf

“Não dá para relativizar dizendo que o índice da população preta e parda está diminuindo enquanto o da população branca está crescendo. Temos aí, na verdade, um quadro desolador de que se mantém índices altos, tanto do analfabetismo consolidado, quanto do analfabetismo funcional”, afirma.

O Nordeste continua sendo

a região com os piores índices de alfabetismo funcional. Para o professor, isso se explica por um acúmulo histórico de desigualdades. “É uma região que mantém uma das mais altas taxas de desigualdade, seja ela social, de empregabilidade, de escolaridade e de renda. Esses grandes fatores fazem com que a região destoe das outras. Isso é um

forte demarcador da realidade do analfabetismo no Brasil”, pontua.

Protagonismo

Mesmo assim, ele destaca que, em contrapartida, a região Nordeste também protagoniza histórias de destaque educacional, especialmente em exames, como o Enem, o Saeb e

concursos públicos. Para Rêses, isso pode estar relacionado ao fato de que “movido pela condição social de origem, pessoas se sentem impelidas a superar essa condição pela via da escolarização”. Para ele, a educação se torna uma ferramenta concreta de transformação social, e é justamente nas regiões historicamente mais vulneráveis que muitos enxergam nela a única alternativa de mobilidade e reconhecimento. Essa busca por superação não depende exclusivamente do chamado capital cultural, mas, muitas vezes, de uma teimosia em resistir à exclusão, algo que o próprio professor relata ter vivido em sua trajetória pessoal.

Rêses ressalta ainda que boa parte desses estudantes vêm da rede pública de ensino e apontam exemplos, como o município de Icapuí, no Ceará, e jovens do Piauí que conquistaram posições de destaque no Enem. Para ele, o êxito desses alunos também está ligado à valorização da educação dentro de casa (mesmo em lares onde os pais não tiveram acesso à escolarização formal), ao crescimento de cursinhos populares e ao autodidatismo.

Outro ponto abordado pelo especialista é o impacto da falta de políticas públicas na evolução dos dados. Segundo ele, a pesquisa apresenta também a desvalorização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no último governo. “As políticas públicas da EJA foram desvalorizadas, descontinuadas, secundarizadas. O governo atual precisa avançar ainda nesta pauta. Percebemos que os dados revelam isso; a necessidade de incremento nesse setor”, defende.

*Estagiários sob a supervisão de Edla Lula